

## **Retórica e verdade na filosofia política de Hannah Arendt**

*Luciana Costa de Souza<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo mostrar quais são os conceitos retóricos presentes em dois ensaios de Hannah Arendt, *Filosofia e Política* e *Verdade e Política*, a fim de explicitar a conturbada relação entre verdade filosófica e política, e como essa querela está relacionada ao modo de vida do filósofo. A retórica e a persuasão não eram em si um problema para o pensamento político de Hannah Arendt, porquanto uma vez que a retórica estivesse condicionada à amizade, ela se tornaria um instrumento político e pedagógico importantíssimo para a manutenção da vida política. Por outro lado, o uso da retórica sem esse condicionamento deixava em evidência a fragilidade de tipos diferentes de verdade diante da opinião, entre elas a verdade filosófica, que embora não seja tão frágil quanto a verdade de fato, depende da preservação do espaço público e do livre uso do discurso. Por fim, demonstrar-se-á a solução desse conflito por meio da possibilidade de uma nova Filosofia Política, que tem como fio condutor o pensamento e a linguagem.

**Palavra-chave:** Retórica – Verdade – Hannah Arendt – Sócrates

## **Rhetoric and Truth in Hannah Arendt's Political Philosophy**

**Abstract:** This article aims to show the rhetorical concepts present in two essays written by Hannah Arendt, *Philosophy and Politics* and *Truth and Politics*, in order to explain a troubled relationship between philosophical and political truth, and how this quarrel is related to mode of philosopher's life. Rhetoric and persuasion were not in themselves a problem for Hannah Arendt's political thinking, since, once rhetoric was conditioned on friendship, it would become an extremely important political and pedagogical instrument for the maintenance of political life. On the other hand, the use of rhetoric without this conditioning highlighted the fragility of different types of truth in the face of opinion, including philosophical truth, which, although not as fragile as the actual truth, depends on the preservation of public space and the free use of speech. Finally, the solution to this conflict will be demonstrated through the possibility of a new Political Philosophy, which has thought and language as a guideline.

**Keywords:** Rhetoric – Truth – Hannah Arendt – Socrates

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPG-Fil/FFLCH/USP). O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES. Código de Financiamento: 001. Contato: luciana.costadesouza@gmail.com

Os sofistas foram os responsáveis pelo papel pedagógico da retórica na antiguidade grega. Eles permitiram o desenvolvimento da democracia com uma forma inovadora de produzir discursos políticos. Os discursos políticos, recorrentemente, foram objeto de estudo de diversos pensadores ao longo da história, tanto para compreender quanto para conhecer diversos fenômenos políticos. Nota-se isso na própria antiguidade grega, na leitura de diversos tratados sobre os discursos presentes nas obras homéricas, posteriormente em comentadores na idade medieva, em diversos escritos latinos sobre os grandes oradores gregos do século V-IV a.C. Os próprios gregos criaram diversos recursos teóricos para sistematizar os estudos sobre discursos políticos e todos os elementos que os compõem.

O termo que o senso comum e a tradição deixaram como aquilo que nomeia a arte de confeccionar discursos, utilizando as regras de sentido que as palavras carregam com a finalidade de fazer política, é retórica. De forma costumeira, principalmente por conta da filosofia platônica, os pensadores enxergaram a retórica como algo quase que maligno e responsável apenas por causar as maiores destruições nos diversos cenários políticos que o mundo já presenciou. No entanto, a partir de um renascimento dos estudos sobre essa verdadeira arte de construir discursos, no século XX, tornou-se possível notar que enxergar a retórica como aquela velha matéria que ensina a produzir discursos apenas persuasivos e com o intuito de convencer cegamente um público, é uma forma distorcida, que impossibilita de vê-la como uma área do conhecimento que também pode apresentar um papel pedagógico na sociedade política.

*Rhetoriké* aparece, pela primeira vez, no século IV a.C., em duas composições contemporâneas, *Acerca dos Sofistas* ou *Acerca dos que escrevem discursos escritos* de Alcidamante, e *Górgias* de Platão<sup>2</sup>. Diversos pesquisadores ainda discutem se Alcidamante cunhou o termo, pois a sua obra foi escrita anteriormente ao escrito platônico, ou se essa expressão era utilizada com uma acepção genérica entre alguns autores da época e, por conta disso, Platão conferiu uma “nova” significação para essa palavra a fim de construir sua filosofia. Por outro lado, o argumento amplamente aceito pela comunidade acadêmica corresponde à concepção de que os termos utilizados para se referir à produção de discursos políticos, anteriormente a esses dois textos, eram locuções nominais construídas com o termo *lógos*, uma palavra grega de difícil tradução por conta de sua polissemia.

Segundo Platão, o uso de discursos longos e contínuos, a *makrología*, era a forma pela qual os sofistas faziam uso da palavra no âmbito político. Ele depreciava esse recurso discursivo, afirmando que não era filosófico.<sup>3</sup> Por outro lado, a *brakhylogía*, era a forma claramente filosófica, justamente por ser dialógica, ao utilizar orações curtas e suscitar a troca de ideias opostas. Essa distinção é defendida por Platão em sua epistemologia, em seu diálogo *Górgias*. Segundo a tradição, ele a considerava o fundamento pelo qual a prática da retórica estava ligada à política e ao diálogo como o caminho filosófico de alcance da *verdade*.<sup>4</sup>

Como consequência do uso equivocado do discurso para a obtenção da verdade pelos sofistas, aqueles que se ocupavam dos assuntos públicos não levavam em conta a atualização da verdade histórica, a que todo homem e o seu respectivo contexto histórico-social deveria passar para conhecer a si mesmo. Como afirma Arendt, Platão defendia que a verdade no momento em que entrava em contato com o universo limitado do ser humano,

<sup>2</sup> ASSUNÇÃO, FLORES-JÚNIOR, MARTINHO, *Ensaios de Retórica Antiga*, p. 15.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid.

deixava de ser eterna e imutável, e transformava-se em algo mundano “como se no momento em que o eterno fosse posto entre os homens ele se tornasse temporal”<sup>5</sup>. Como bem observado por Arendt, os diálogos platônicos não têm como intuito somente alcançar um tipo de verdade, ainda mais em seus escritos políticos, mas sim possibilitar um diálogo sobre temas que sempre se farão relevantes para o ser humano, com o uso da polêmica. Muitos de seus diálogos não chegam a uma resposta única sobre os temas discutidos, pelo contrário, é comum eles terminarem sem nenhuma conclusão.<sup>6</sup>

Segundo Hannah Arendt, essa querela platônica sobre a retórica tem o seu cerne na relação entre verdade e opinião, o modo de vida filosófico e o homem em sua vida pública.<sup>7</sup> Platão tinha plena consciência da ineficiência da postura distanciada do filósofo diante da *pólis*, procurando somente o conhecimento da origem do *kosmós* e dos diversos eventos que permeiam a *phýsis*.<sup>8</sup> A maior demonstração dessa preocupação platônica se nota pelo fato de a maioria dos seus diálogos se ocuparem de assuntos públicos e terem como figura central um conhecido filósofo da tradição: Sócrates<sup>9</sup>. Um senhor que com recorrência abordava diversos cidadãos da *pólis* ateniense, instigando-os a questionar se as diversas conceituações que defendiam correspondiam ao que de fato eles queriam pregar. A visão arendtiana de Sócrates, como moscardo, explicita como a postura socrática diante da vida e do ser, permitia, por meio de suas perguntas, a abertura de cada *ser aí* diante de toda a diversidade ontológica do mundo. Determinando como essa abertura não depende apenas de cada *ser aí*, mas do fato de o ser humano ter como característica fundamental o viver *entre* os outros, e como a pluralidade humana se perpassa pela linguagem e pela ação.

Desse modo, o Sócrates arendtiano, apresentado como moscardo, deseja despertar nos cidadãos da *pólis* a ciência de que a verdade se relaciona com a existência, fazendo com que existam tipos de verdade a partir dos diferentes tipos de existências. Sabe-se que a linguagem é usada como principal condutor da existência entre os homens, por conscientizá-los, por meio de discursos e do uso da palavra, dos diversos fenômenos circundantes do mundo. Arendt defendia que a simbiose entre linguagem e política se expressa principalmente na *ação* humana, na esfera política mediada pela palavra. Por essa razão, a retórica e a persuasão em si não eram um problema para Arendt, porquanto uma vez que ela estivesse condicionada à amizade<sup>10</sup>, ela se tornaria um instrumento político e pedagógico importantíssimo para a manutenção da vida política. Por outro lado, o uso da retórica sem esse condicionamento deixava em evidência a fragilidade de tipos diferentes de verdade diante da opinião, sobretudo, a verdade de fato, defendida por Arendt em seu ensaio *Verdade e Política*.

<sup>5</sup> ARENDT, *A Dignidade da Política*, p. 95.

<sup>6</sup> Ibid. p. 105.

<sup>7</sup> Ibid. p. 97.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> *Philia* na acepção aristotélica, como bem pondera Hannah Arendt: “Aristóteles conclui que a amizade, e não a justiça (como sustentou Platão na República, o grande diálogo sobre a justiça), parece ser o laço que une as comunidades. Para Aristóteles, a amizade é mais elevada que a justiça, porque esta já não é necessária entre os amigos. O elemento político da amizade é que, no diálogo autêntico, cada um dos amigos pode entender a verdade inerente à opinião do outro. Mais do que o amigo como pessoa, cada um entende como e em qual articulação específica o mundo comum aparece ao outro, que como pessoa será sempre desigual ou diferente”. (ARENDT, *A Promessa da Política*, pp. 59-60).

É explícita a defesa de Arendt, nesse ensaio, em um primeiro momento, da verdade de fato, a verdade construída e revelada pela capacidade do ser humano de julgar e falar sobre os acontecimentos que fluem no mundo, isto é, a verdade que se torna histórica. Ao mesmo tempo, a pensadora condena o uso da mentira como forma de preservar a vida e como um meio não-violento de solução de problemas no âmbito político. Aqueles que estudam profundamente a antiguidade grega e seus costumes sabem que era notório entre os gregos a atitude agonística perante o mundo humano, tanto nos embates esportivos quanto nos deliberativos, de tal modo que os helenos acreditavam que o discurso era uma atividade que os atribuíam superioridade em relação aos outros povos, justamente por causa do uso da linguagem para combater com palavras ao invés do uso de armas e da violência física. No entanto, Arendt defende que o uso do discurso político pode ser uma forma de violência a partir do momento que se criam mentiras deliberadas com a finalidade de perverser fatos, que quando se tornam verdade histórica, são usados pelos homens para a construção de novas possibilidades a serem criadas no mundo.

Essa capacidade humana de escolher mentir consiste em nada mais que o seu infinito poder de criar infinitas possibilidades por meio do discurso, porém para Arendt a partir do momento que uma ação ou uma possibilidade se realiza no mundo fatual, essa ação deixa de ser uma mera possibilidade para se tornar realidade, de tal forma que conferir a verdade histórica o status de existência de uma possibilidade que ainda está por vir, consiste em uma mera extração do uso da linguagem e do discurso. Por isso, aqueles que perversam a historiografia com a finalidade de alterar o registro histórico, com motivações além daquelas que permitem a existência dos diversos tipos de verdades e da veracidade, pretendem sobretudo produzir uma ação. Assim, o problema da verdade e seu conflito com a esfera pública se torna uma questão política.

Uma das formas que o mentiroso encontra para legitimar as suas falsidades deliberadas, quando elas não alcançam o propósito pretendido, é simplesmente qualificar a verdade de fato como uma mera opinião. Entretanto, na filosofia política arendtiana, a opinião se fundamenta no acordo e no mútuo consentimento dos cidadãos, permitindo a produção da ação a partir das múltiplas possibilidades que a realidade proporciona. Nesse sentido, a visão da pensadora moderna se coaduna com a perspectiva platônica da tradição filosófica que ela usa para compreender os fenômenos de sua época. Platão, de acordo com a tradição, adotava duas posturas diante da retórica, por um lado, afirmava o poder destrutivo da retórica produzida pelos sofistas, com o uso da opinião, para perverser acontecimentos ou manipular o cenário político de acordo com seus interesses particulares; por outro lado, ele defendia que a retórica que usa a dialética como método pode ser muito proveitosa para o alcance da verdade no campo político. Dito de outro modo, Platão defendia que a verdade na esfera política pode ser produzida da mesma forma que a verdade filosófica e deter o mesmo modo de existência, embora boa parte dos sofistas discordassem dessa posição. Por conta dessas considerações, Hannah Arendt comprehende que a situação da verdade de fato não é muito diferente da circunstância do filósofo e o seu tipo de verdade, como Platão bem observara em seu contexto político e na sua epistemologia.

A verdade filosófica é qualificada como verdade de razão, que embora não seja tão frágil quanto a verdade de fato, não significa que ela seja facilmente alcançada, principalmente no âmbito público. Em seu ensaio *Filosofia e Política* é analisada a conturbada relação entre verdade filosófica e política, nesse texto se depreende o desejo da autora em conciliar essas

duas esferas, mostrando que é possível uma filosofia política, mesmo que com frequência a ciência da arte do poder seja considerada a autoridade maior, quando se trata do entendimento dos fenômenos que ocorrem na esfera pública. Por essa razão, deve-se voltar à origem dessa querela, aprofundando como ela surgiu, em que época e sob quais circunstâncias. Na visão platônica, segundo Arendt, o fato de Sócrates não ter conseguido persuadir os presentes em seu julgamento de sua inocência, delegou ao âmbito dos assuntos públicos a desacreditada possibilidade da verdade.<sup>11</sup>

Seja como for, o conflito entre verdade e política surgiu historicamente de dois modos de vida diametralmente opostos – a vida do filósofo, tal como interpretada primeiramente por Parmênides e, depois, por Platão, e o modo de vida do cidadão. Às flexíveis opiniões do cidadão acerca dos assuntos humanos, os quais por si próprios estão em fluxo constante, contrapunha o filósofo a verdade acerca daquelas coisas que eram por sua mesma natureza sempiternas e das quais, portanto, se podiam derivar princípios que estabilizassem os assuntos humanos. Por conseguinte, o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degradoamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; (...). Esse antagonismo entre verdade e opinião foi elaborado por Platão (especialmente no Górgias) como o antagonismo entre a comunicação em forma de “diálogo”, que é o discurso adequado à verdade filosófica, e em forma de “retórica”, através da qual o demagogo, como hoje diríamos, persuade a multidão.<sup>12</sup>

A condenação de Sócrates explicita um fenômeno recorrente na prática política: aqueles que falam a verdade são frequentemente vistos como mais ameaçadores que os verdadeiros inimigos. O problema de Sócrates se baseia na incompreensão do mundo público do qual ele mesmo fazia parte, justamente por conta de seu modo de vida ser filosófico. A forma de viver do filósofo, bem representada na figura de Sócrates, revela-se justamente em sua postura solitária sempre à procura de respostas para os questionamentos feitos por si diante da existência. Na filosofia arendtiana, Sócrates apresenta o modo de origem do pensamento por meio do diálogo consigo mesmo, isto é, o uso da dialética pelo filósofo em sua solidão. A dialética permite a reflexão de temas que muitas vezes não são polemizados pelos membros da pólis e que, frequentemente, são negligenciados em sua especificidade histórica e social.

No momento em que Sócrates utiliza a dialética ao invés dos métodos tradicionais de se fazer política na pólis ateniense, ele não somente utiliza a persuasão de maneira inadequada, como também acredita que no campo político a verdade filosófica se mantém intacta. Todavia, quando a verdade filosófica adentra o campo dos assuntos públicos ela passa a ser considerada uma mera opinião, e não apresenta aquele caráter despótico da verdade histórica diante dos fatos. Diante dessa situação, o problema maior não se refere à verdade filosófica em si, mas na atitude do filósofo em não compreender a multiplicidade e

<sup>11</sup> ARENDT, *A Dignidade da Política*, p. 93.

<sup>12</sup> ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p. 171.

a pluralidade própria do campo da política e, ao mesmo tempo, a imaturidade e a falta de boa-fé da *pólis* em se abrir e permitir a contribuição do filósofo para a construção de novas possibilidades no mundo.

Até certo ponto essa preocupação com o discurso já existia para a filosofia pré-socrática, e a identidade de discurso e pensamento, que juntos são *lógos*, é, talvez, uma das características mais notáveis da cultura grega. O que Sócrates acrescentou a essa identidade foi o diálogo do eu comigo mesmo como condição primária do pensamento. A relevância política da descoberta de Sócrates é ela afirmar que a solidão, antes e depois de Sócrates vista como prerrogativa e *habitus* profissional exclusivos do filósofo, e que a *pólis* naturalmente suspeitava ser antipolítica é, ao contrário, a condição necessária para o bom funcionamento da *pólis*, uma garantia melhor do que as regras de comportamento impostas pelas leis e pelo medo da punição.<sup>13</sup>

Por isso, torna-se fundamental a conciliação entre a verdade filosófica e a política, tanto para permitir com que a verdade filosófica continue existindo e sendo produzida, como também uma forma de mostrar que o filósofo tem muito a contribuir com os assuntos públicos. Dois caminhos são apontados por Arendt para conciliar a filosofia e a política e, por isso, é necessário aprofundá-los: o primeiro acontece no momento em que é compreendida pelos homens a importância da transmissão do legado cultural que cada geração anterior deixou. Por isso, Arendt afirma com veemência a importância do contato com a tradição e a preservação da verdade de fato, para que, posteriormente, juntamente com a reflexão crítico-filosófica, as novas gerações possam construir novas possibilidades de existência que permitam ações políticas que gerem efeitos positivos para a mudança do mundo.

## Referências bibliográficas

- ASSUNÇÃO, T., FLORES-JÚNIOR, O., MARTINHO, M. *Ensaios de Retórica Antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.
- ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. Trad. Helena Martins, Frida Coelho, Antonio Abranches, César Almeida, Claudia Drucker e Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad. Mauro W. B. Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- \_\_\_\_\_. *A Promessa da Política*. Organização e Introdução de Jerome Kohn. Trad. Pedro Jorgensen Jr. 7<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Difel, 2020.

---

<sup>13</sup> ARENDT, *A Promessa da Política*, pp. 66-67.